

Clipping – Cuiabá/MT, 06 de junho 2011.

Notícias / Cidades

05/06/2011 - 20:43

Morte materna é motivo para ação de cadastramento de gestantes

Da Assessoria

A Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande (SMS/VG), por intermédio da gerência de Saúde da Mulher, preocupada em contribuir para a redução da mortalidade materna realizou a 1ª Semana de Conscientização para o Cadastramento das Gestantes por demanda espontânea por meio de consulta de pré-natal nas unidades de saúde, durante esta semana.

A campanha teve como finalidade convidar e conscientizar as gestantes várzea-grandenses a comparecer na unidade de saúde mais próxima de sua residência e a importância em se cadastrar no pré-natal. O ideal seria que as mães iniciassem o pré-natal no primeiro trimestre ou assim que souberem da gravidez.

A gerência de Saúde da Mulher da SMS informa que as consultas e exames permitem identificar problemas como hipertensão, anemia, infecção urinária e doenças transmissíveis pelo sangue de mãe para filho, como a AIDS e a Sífilis. Alguns desses problemas podem causar o parto precoce, o aborto e até trazer consequências mais sérias para a mãe ou para o seu bebê.

Com o acompanhamento do pré-natal, as gestantes se sentem mais seguras, pois são informadas de que sua gestação segue bem. Quando há algum problema, a detecção precoce também auxilia o acompanhamento e pode auxiliar para que ele não se agrave.

“Isso é muito importante para a tranquilidade da gestante sobre o que está acontecendo com o seu corpo e com a saúde de seu bebê. No pré-natal, elas também recebem informações sobre os cuidados necessários para uma gravidez saudável, como a importância de manter uma alimentação balanceada, de praticar exercícios físicos regulares e de evitar o alcoolismo e tabagismo”, alerta a coordenadora de Educação e Saúde da SMS, Maria Alice Ramos.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Morte materna e motivo para
acao de cadastramento de gestantes&edt=25&id=181967](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Morte_materna_e_motivo_para_acao_de_cadastramento_de_gestantes&edt=25&id=181967)

Notícias / Cidades

05/06/2011 - 01:00

Saúde, Educação e segurança são reivindicações da Maçonaria

Da Assessoria

Dando continuidade aos atendimentos de gabinete do Governo Itinerante em Sinop (MT), o governador Silval Barbosa atendeu aos veneráveis presidentes das lojas maçônicas de Sinop. Segundo o presidente da Loja Sete de Setembro, Paulo Moreira, foram debatidos temas nas áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação. "Solicitamos ao governador atenção a estas questões, principalmente no que diz respeito à construção de uma unidade socioeducativa em Sinop. Outra questão foi o pedido para que o Estado reforce os investimentos na Educação, principalmente no que diz respeito à educação fundamental e básica", afirmou.

Outra questão levantada pelos veneráveis foi a implantação de uma gestão participativa com a sociedade organizada na área da saúde. "Queremos disposição da sociedade civil para ser interlocutora e fiscalizadora da saúde pública", disse.

De acordo com Paulo Moreira, o governador está disposto a trazer mais qualidade de vida à população. "Ele foi favorável às nossas ideias. Estamos muito felizes com esta oportunidade de nos aproximarmos do governador e podermos passar nossas necessidades", finalizou.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude Educacao e seguranca s_ao_reivindicacoes da Maconaria&edt=25&id=181842](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude_Educacao_e_seguranca_s_ao_reivindicacoes_da_Maconaria&edt=25&id=181842)

Notícias / Cidades

04/06/2011 - 17:56

Assembleia vai investigar crimes contra crianças e adolescentes

Da Redação - Laura Petraglia

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) deve ser instaurada na Assembleia Legislativa para investigar denúncias de violência envolvendo crianças e adolescentes. Esta semana o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo a Criança, ao Adolescente e ao Idoso, deputado Emanuel Pinheiro (PR), se reuniu com Inspetor da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso (PRF-MT), Atila Calonga, a coordenadora da Comissão Interestadual do Centro Oeste de Combate a Exploração

Sexual de Crianças e Adolescentes, Dilma Camargo, e a Delegada Adjunta da Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente (DEDICA), Alexandra Fahone, para apresentar o possível plano de estruturação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

De acordo com informações do parlamentar, a priori a CPI vai contar com o apoio de assessores técnicos, jurídicos com participação direta da PRF, Deduc, Polícia Judiciária Civil, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Federal, Tribunal de Justiça, Varas Especializadas em Violência Doméstica, Promotoria da Infância e Juventude, Comissão da Infância e Juventude da OAB, Delegacia Especializada em Adolescentes Infratores (DEA), Conselhos Tutelares, Conselho de Direitos da Criança e Adolescente, e o Centro de Defesa da Criança e Adolescente (Cedeca).

Segundo Calonga os primeiros passos sugeridos ao presidente, são as visitas nas instituições, pesquisas documentadas dos casos, diligências (ouvir pessoas envolvidas – vítimas e abusadores) e seminários (mesas de conversação sobre a temática). O presidente da comissão disse que a CPI não vai ser mais uma, por este motivo o trabalho preparatório é fundamental. “Não vamos fazer pampeiro, gritos vazios não resolvem, temos que trabalhar com os pés no chão, estudar, analisar e investigar todos os levantamentos apresentados pelas instituições”, declarou.

Para o parlamentar a “educação” é fundamental para a conscientização dos tipos de violência – abuso, exploração e pedofilia. Baseado na declaração do presidente, Jana Baumgatner salientou que “a educação não cumpre o seu papel”. Pinheiro disse que pretende instalar um telefone “disque denúncia” para atender a sociedade mato-grossense. “A criação do “disque denuncia” desta CPI é muito importante, por que em muitos casos, a população tem medo de denunciar a polícia, preferindo denunciar a CPI, por medo de represálias.

A delegada adjunta da Deduc, disse que uma das grandes dificuldades no enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes é a discriminação de gênero, “quando a vítima é menina há andamento no caso e quando é menino é encaminhado para a delegacia como qualquer outro infrator e acaba caindo na vala comum”, explicou.

Alexandra ainda acrescentou que com a criação de uma delegacia especializada isso não aconteceria.

Dilma Camargo ressaltou que o estatuto diz que a criança e o adolescente são prioridades, porém, essa não é realidade em Mato Grosso. “A CPI tem que ter resultados positivos, tem que obrigar as autoridades a agir, fazer justiça. A sociedade quer os criminosos na cadeia”, explanou Dilma. “A sociedade precisa acreditar no trabalho desta CPI, desta comissão, e por este motivo vamos estudar caso por caso, vamos buscar nas instituições fatos marcantes, de impacto, para convencermos as autoridades da urgência de se colocar em prática o “poder” de justiça”, argumentou o presidente.

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia= Assembleia vai investigar crimes contra crianças e adolescentes&edt=25&id=181845>

Notícias / Ciência & Saúde

04/06/2011 - 09:25

Técnicos da Secretaria de Saúde fazem entrevistas com candidatos

Da Assessoria

Profissionais efetivos da Secretaria Municipal de Saúde de Rondonópolis compõem a equipe avaliadora do processo seletivo para a contratação de novos profissionais. A triagem para a seleção é uma exigência do Tribunal de Contas do Estado – TCE. As etapas de coleta de currículos, separação e entrevistas são realizadas por um médico, um psicólogo, um assistente social, e um enfermeiro, especialistas em gestão de recursos humanos, gestão organizacional, administração pública e urgência e emergência. Os salários para as vagas disponibilizadas especialmente no Pronto Atendimento Adulto e Infantil variam de R\$630 a R\$2.760 reais.

Segundo a gerente do Departamento de Recursos Humanos em Saúde, Nathália Santos, a escolha pela categoria efetiva na admissão dos trabalhadores é para que seja garantida a integridade na avaliação. “Conforme consta no Edital 03/2011 as inscrições ocorreram durante uma semana, de 23 a 27 de maio, na Secretaria Municipal de Saúde. E após a avaliação curricular e entrevista dos candidatos aprovados na primeira fase, iremos

contratar mediante surgimento de vagas. Ficando os aprovados no cadastro reserva do Departamento de Recursos Humanos”, pontua.

Nathália lembra que foram feitas aproximadamente mil inscrições. “Vamos contratar imediatamente técnicos para aumentar o atendimento gratuito para a população de baixa renda”, reforça.

Todas as informações sobre o edital e o processo seletivo são disponibilizadas no site da Prefeitura de Rondonópolis, www.rondonopolis.mt.gov.br, no link da Secretaria de Saúde/edital e no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Tecnicos da Secretaria de Sau de fazem entrevistas com candidatos&edt=34&id=181757](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Tecnicos_da_Secretaria_de_Sau_de_fazem_entrevistas_com_candidatos&edt=34&id=181757)

[Saúde](#) | 03/06/2011 - 13:59

Judiciário volta a "barrar" Henry; suspenso edital para contratar OS

Andréa Haddad

Por indícios de irregularidades, a Justiça Estadual determinou a suspensão do chamamento público convocado pela secretaria estadual de Saúde (SES), Pedro Henry (PP), para selecionar a empresa sem fim lucrativo com interesse em gerenciar a Central de Abastecimento de Insumos da Saúde (Ceadis) da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica (CAF). A decisão foi proferida na última terça (31), pelo juiz auxiliar da segunda Vara Especializada de Fazenda Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto, em caráter liminar.

A medida foi tomada após a empresa R.V Consult Transportes e Logística Ltda ingressar com mandado de segurança, com pedido de liminar, contra Henry e a presidente da Comissão de Licitação da SES, Karen Rubin. A defesa alega que, ao participar da concorrência, “verificou que o objeto da licitação não correspondia com o serviço de fato requisitado pelo Órgão Licitante, bem como, traz requisitos incompatíveis com a legislação vigente”.

No pedido, a defesa afirma que apresentou pedido de impugnação do edital no prazo, mas recebeu a resposta após o período estipulado, de 24 horas. “Véspera da abertura das propostas-, deixando de analisar as verdadeiras razões da impugnação, sob argumento

de faltar-lhe validade jurídica, vez que não houve identificação do nome e dados de seu representante legal”, sustenta.

A empresa aponta para a ilegalidade do edital sob o argumento de que a modalidade de licitação estipulada é inexistente, não prevista na Lei 8.666/93. Também alegou que há exigências restritivas de forma injustificada à participação de entidades interessadas no certame por direcioná-lo à instituições sem fins lucrativos.

O magistrado acatou o pedido de liminar por entender que o edital restringe a participação de concorrentes. “No caso sob análise, direcionar a licitação apenas as instituições sem fins lucrativos, sendo que o processo licitatório tem como finalidade buscar a proposta mais vantajosa ao interesse público, aparentemente refoge dos princípios que norteiam o certame, em especial o da isonomia, o que termina por restringir a participação de concorrentes”, diz um trecho da decisão.

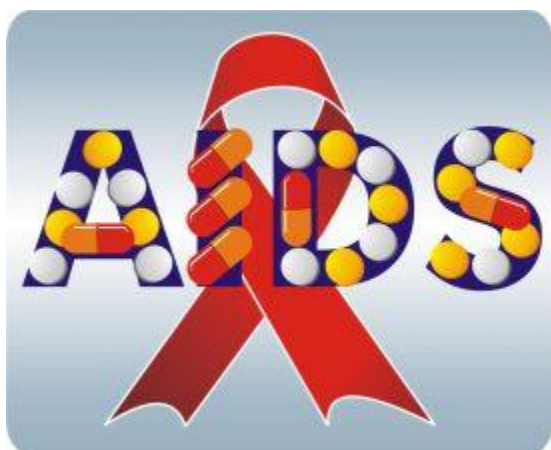
Ao final, ele determina a nulidade do edital. “Assim sendo, sem adentrar a questão da inadequação ou não do procedimento adotado para a licitação, por vislumbrar restrição à participação de pessoas jurídicas, sem qualquer justificação plausível, implicando em restrição a competitividade, tem-se que o edital impugnado inquina para o reconhecimento de nulidade”, despachou.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/judiciario-volta-a-barrar-henry-suspenso-edital-para-contratar-os>

Descoberta da aids completa 30 anos

Detalhes

Publicado em Segunda, 06 Junho 2011 12:27



O Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos registrou os primeiros casos de uma enfermidade considerada à época um mistério, em junho de 1981. Um ano depois, ela recebe o nome provisório de Doença dos 5 H, em razão de casos registrados em homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável) e prostitutas (hookers em inglês).

No mesmo ano, autoridades sanitárias detectam a possibilidade de transmissão pelo ato sexual, pelo uso de drogas injetáveis e pela exposição a sangue e derivados. No Brasil, o primeiro caso é diagnosticado em São Paulo. A doença recebe o nome definitivo de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida, em espanhol, ou aids, na sigla em inglês).

Em 1984, a equipe do virologista francês Luc Montagnier isola e caracteriza um retrovírus (tipo de vírus mutante que se transforma de acordo com o meio em que vive) como o causador da doença. Especialistas concluem que a aids representa a fase final de uma doença provocada pelo HIV.

Três anos depois, o coquetel de medicamentos AZT é a primeira droga a reduzir a multiplicação do vírus no organismo humano.

Ainda em 1987, a Assembleia Mundial de Saúde anuncia a data de 1º de dezembro como o Dia Mundial de Luta contra a Aids.

Os casos registrados no Brasil totalizam 2.775 no período, seguidos por 4.535 em 1988 e por 6.295 no ano seguinte. Em 1990, morre o cantor e compositor Cazuza, vítima da doença. Apenas em 1991 é iniciado o processo de aquisição e distribuição gratuita de antirretrovirais. Dez anos após a descoberta da aids, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já registra 10 milhões de pessoas infectadas em todo o mundo.

Em 1992, uma pesquisa aponta as doenças sexualmente transmissíveis (DST) como cofatores na transmissão do HIV, podendo aumentar o risco de contágio em até 18 vezes. O Ministério da Saúde inclui os procedimentos para o tratamento da aids na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e, no ano seguinte, o Brasil passa a produzir o AZT.

O sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, morre em 1997, após ser contaminado pela doença por meio de transfusão de sangue. Ao todo, 17 milhões de pessoas já haviam morrido apenas no Continente Africano em razão do HIV – e 8,8% da população adulta na região está contaminada.

No ano seguinte, um relatório realizado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e Aids (Unaid) afirma que a doença deve matar 70 milhões de pessoas nos próximos 20 anos – a maioria na África – caso nações desenvolvidas não aumentem esforços para conter a aids.

Em 2008, o Brasil conclui o processo de nacionalização de um teste rápido que permite detectar a presença do HIV no organismo em 15 minutos. Este ano, o primeiro antirretroviral produzido por um laboratório público brasileiro – o Tenofovir – entrou no mercado.

Também em 2011, uma pesquisa dos institutos nacionais de Saúde dos Estados Unidos indica que pacientes que aderem a um esquema eficaz de terapia antirretroviral reduzem em até 96% o risco de transmissão do HIV ao parceiro sexual.

Fonte: Agência Brasil

Legenda: A doença recebe o nome definitivo de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Foto: Divulgação

<http://www.circuitomt.com.br/editorias/saude/1530-descoberta-da-aids-completa-30-anos.html>

Política

MT cria fundo e eleva impostos para financiar política social

05/06/2011 - 11h59



Da Redação

O governo do Estado pretende criar um fundo de combate à pobreza e de desenvolvimento da Saúde e da Segurança. O projeto já foi encaminhado à Assembleia Legislativa. Apesar da boa intenção, a proposta já provoca reações. Isso porque, para a criação do fundo, o governo vai aumentar os impostos de praticamente toda a cadeia produtiva do Estado. Ou seja, o fundo vai pesar no bolso do consumidor.

Conforme o projeto encaminhado ao Legislativo, haverá um adicional de ICMS de até 2% sobre todas as operações ou prestações; complemento de até duas vezes o valor das taxas públicas estaduais, como no Detran, Sema, Segurança Pública e Vigilância Sanitária, entre outros. O adicional também irá incidir em produtos de importação, exportação, na energia do setor produtivo e na gasolina e no álcool.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso, já se posiciona contra a proposta nos moldes em que ela se encontra. Caso o projeto seja aprovado, a OAB entrará imediatamente na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

O advogado Rafael Costa Leite, membro da comissão de direito tributário da OAB, explica que a criação de um fundo de erradicação da pobreza é permitida conforme lei prevista na Constituição Federal. No entanto, o aumento de imposto para a manutenção desse fundo só pode incidir sobre produtos supérfluos.

O problema, conforme o advogado, é que a lista de produtos supérfluos nunca foi editada pelo governo federal e os estados que decidiram criar o fundo foram editando suas próprias listas. Em outros estados brasileiros, em que itens como energia tiveram aumento para ser vinculado ao fundo de combate à pobreza, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o aumento. “Energia, gasolina e álcool não são produtos supérfluos. A OAB não é contra a lei, deve, sim, ser criada mais uma forma de combate à pobreza. Somos contra a forma como isso está sendo feito. Essa lei vai contra todos os avanços que tivemos nos últimos anos para a redução da carga tributária”, explicou o advogado.

Contas da OAB preveem que o novo imposto irá gerar o incremento de R\$ 1 bilhão no orçamento do

governo. Conforme o projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, os objetivos principais do fundo são reduzir a vulnerabilidade humana; viabilizar acesso a níveis dignos de cidadania e segurança a vida; promover ações para o desenvolvimento da saúde e da segurança e oferecer melhores condições de nutrição, habitação, educação, renda familiar e investimentos em infraestrutura social e pública.

Para a OAB, dada a extensão e abrangência da nova contribuição - que conforme cálculos da Ordem, eleva consideravelmente a carga tributária de todos os segmentos produtivos -, é necessário que seja feita uma análise prévia para a prospecção do impacto na carga tributária desses segmentos e das metas de arrecadação, para que só então seja feita a adequação e o ajuste da incidência em relação aos projetos de interesse social que constituem o objetivo do fundo.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=364059>

TCU aponta falta de competência na gestão do Ministério da Saúde em 2010.

A saúde foi um dos destaques do relatório referente às contas de 2010, que acompanha o parecer emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) anualmente. A União é responsável por coordenar e financiar as políticas públicas da área. Mas, na última década, a responsabilidade dos estados e municípios no atendimento à população aumentou devido a crescente descentralização dos serviços de saúde.

Apesar disso, o Ministério da Saúde não tem informações precisas sobre a realidade da saúde no Brasil e não tem exercido adequadamente a coordenação e a fiscalização das políticas voltadas à área. As auditorias realizadas pelo TCU identificaram problemas graves como precariedade ou falta de planejamento e necessidade de maior participação dos governos estaduais na coordenação dos municípios.

Em 2009, por exemplo, a maioria dos estados ainda construía um plano para a saúde, e não há referência a planos anteriores. Nesse mesmo ano, 55% dos municípios apresentaram relatório de gestão aprovado pelo conselho de saúde e apenas 13% contavam com fundo de saúde, enquanto todos deveriam ter.

Segundo o TCU, além da busca por aumento de recursos na área da saúde, deve-se priorizar a melhoria na gestão como forma de evitar desperdícios.

Fonte: TCU, 01/06/2011 e LEGISUS.

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=670:tcu-aponta-falta-de-competencia-na-gestao-do-ministerio-da-saude-em-2010&catid=47:janeiro&Itemid=37

RONDONÓPOLIS

OSS para hospital é investigada

DANIELLY TONIN

Da Reportagem/Rondonópolis

A Organização Social de Saúde (OSS) Sociedade Beneficente São Camilo, que deve assumir a administração do Hospital Regional em Rondonópolis em julho, foi investigada pelo Ministério Público de Minas Gerais. A apuração chegou à determinação de que a administração do Hospital Municipal Carlos Chagas, da cidade de Itabira (MG), fosse devolvida à prefeitura em 2008. As informações foram repassadas pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindmed) em reunião realizada na última sexta-feira em Rondonópolis, e confirmada pelo MP de Minas Gerais.

Segundo a assessoria de imprensa do MP de Minas, em Itabira, a Sociedade Beneficente São Camilo recebeu o Hospital Carlos Chagas em regime de comodato ainda em 1991. O contrato previa a realização de várias melhorias e o equipamento da unidade de saúde. No entanto, em 2008, a Promotoria de Justiça de Itabira realizou uma vistoria e constatou que o hospital não possuía condições nem mesmo de receber um alvará sanitário para funcionamento. Os compromissos firmados como condição para o contrato de comodato não haviam sido cumpridos.

Conforme o MP-MG, uma auditoria demonstrou ainda que a Sociedade Beneficente São Camilo deveria ressarcir ao município cerca de R\$ 2,5 milhões, referentes aos investimentos que faziam parte do compromisso da OSS para o hospital, e que não foram promovidos ao longo dos 17 anos de comodato.

O contrato com a Sociedade Beneficente São Camilo, segundo a Secretaria de Estado de Saúde, deve ser assinado em 1º de julho. De acordo com informações da assessoria de imprensa da Pasta, o anúncio da escolha foi feito pela Comissão de Licitação da Saúde do Estado e pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=393797>